

O direito de rir

Espalhou-se no mundo globalizado a crença de que só uns poucos privilegiados entendem e podem dirigir os mecanismos controladores da economia. É parte da grande mistificação que nos avassala. Na verdade, a economia mundial está cercada por um espesso nevoeiro através do qual andamos às apalpadelas. Pagos, e bem pagos, para serem guias, os tecnoburocratas dos organismos especializados vislumbram tanto o caminho das pedras quanto o mais ignorante pé-rapado. Foi o que demonstrou com toda clareza o terremoto das Bolsas de Valores iniciado em Hong Kong.

Exagero? Está aí o Fundo Monetário Internacional para não me deixar mentir, esse Olimpo do universo do dinheiro, esse Grande Inquisidor da política neoliberal, promotor dos autos-da-fé em que ardem os países convictos de heresia financeira.

Acabamos de ter uma prova flagrante de como o FMI vagueia nas trevas, sem enxergar um palmo adiante do nariz. Pois não é que no primeiro semestre deste ano ele anuncia um futuro brilhante para a economia mundial? Tudo passaria em brancas nuvens, pelo menos para nós, não fosse uma incômoda lembrança do embaixador Rubens Ricupero (*Folha de S. Paulo*, 24/11), que desencavou uma esquecida matéria do *Financial Times*, de 24/04. Sob o título de "O futuro do mundo é cor-de-rosa, diz o FMI" e o subtítulo "Relatório apresenta algumas das mais brilhantes perspectivas em décadas", o jornal londrino divulgou a notícia de um estudo do FMI que pareceria à distância uma das melhores piadas desde fim de século, senão se tratasse de assunto tão grave.

Consultando sua bola de cristal de última geração, diziam os técnicos do FMI: "Há poucos sinais das tensões e desequilíbrios que habitualmente prenunciam declínios significativos no ciclo dos negócios". Quem leu, encheu-se de coragem a apostou. Daí a pouco, foi aquele mico geral.

Não era uma entrevista dada às carreiras por algum vago caixeiro-viajante do Fundo, mas um relatório maduramente discutido por funcionários de alto nível internacional. Homens que, segundo o *Financial Times*, expressam "o ideal do Fundo de retidão fiscal e liberalização do mercado". Ricupero, atualmente nosso embaixador junto à Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) saboreia com discrição diplomática a sua descoberta do recorte entre papéis velhos.

Na semana passada tivemos aqui mesmo um outro exemplo do tal conceito de "retidão fiscal". Só que com declarado sabor de chalaça nativa. Essa trapalhada dos nossos tecnoburocratas levou poucas horas entre a revelação e o desmascaramento, mas fica nos anais da história, envolvendo altas instâncias do Ministério da Fazenda e da Receita Federal.

Com a agilidade de falsificador experimentado, alguém introduziu no parecer do relator do projeto de Medida Provisória sobre imposto de renda, deputado Fernando Brandt (PSDB-MG), o aumento de 20% na alíquota do imposto sobre fundos de ações, o que não fora negociado no Congresso. Só se descobriu a mutreta depois de aprovado o projeto.

Ninguém sabia explicar o que aconteceu. O relator, do partido da situação, ficou muito aborrecido com o governo. Tinha confiado nos técnicos, subscrevendo o que eles apresentavam como redação final, apenas redação, e eis que surgia a suspeita de uma fraude feita com mão de gato. Seria talvez preciso baixar outra Medida Provisória para consertar o "erro" pelo qual era responsável a área econômica, em particular a Receita Federal, que, segundo os entendidos, sempre quis taxar igualmente os fundos de ações e os de renda fixa. O ministro Pedro Malan, imperturbável, manifestou sua plena confiança na equipe econômica.

Dado que o pacote fiscal, feito em cima da perna, estava mesmo cheio de falhas, ninguém, afinal, levou a sério a confusão, a não ser o deputado Fernando Brandt, obrigado a um papelão por ter acreditado nos "redatores" que levaram sete horas remexendo no texto do projeto.

Acabou tudo numa grande gargalhada, que ecoou pelo país afora.

Ainda bem. É como diz o palhaço da ópera de Leoncavallo: "la gente paga e ridere vuole qua". O povo paga, mas quer ter o direito tanto de se indignar como de rir da palhaçada.